

Reportagem especial

Saúde mental e sobrecarga da mulher na pandemia



Mulheres na política

Entrevista com Jeruse Romão



Retratos do Parkinson

Onde o amor anda de mãos dadas

Diretoria Executiva:

Presidente - Helio Lentz Puerta Neto
Vice-presidente - Alcides Alonço Leonel
Secretária-Geral - Carolina Rodrigues Costa
1º Secretária - Soraia Joselita Depin
Secretário de Finanças e Patrimônio - Luiz Carlos Cela Zolet
1ª Tesoureira - Ignez Busnello Durgante
Secretaria de Estudos Socioeconômicos e Formação Sindical - Liliane Fatima de Araújo
2º Secretário de Estudos Socioeconômicos e Formação Sindical - Moacir Dias
Secretaria de Imprensa e Divulgação - Rodrigo Correa Simon
2º Secretária de Imprensa e Divulgação - Alba Lucia Fernandes
Secretaria de Assuntos Jurídicos - Guilherme Peres Fiuza Lima
2º Secretário de Assuntos Jurídicos - Tulio Cesar Dias
Secretaria de Política Sindical - Alessandra Ludwig
Secretaria de Cultura, Promoção Social e Esportes - Rafael Rovaris
2º Secretária de Cultura, Promoção Social e Esportes - Daniele Burigo Marques Heinzen
Secretaria de Aposentados - Rosaleine Berta Soares
2º Secretária de Aposentados - Terezinha Cavalli

Conselho Fiscal

Ana Marcia de Freitas
Aderbal Carlin do Prado Junior
Claudio Oneres Heinzen
Joyse Joliet Giovanella
Walmor Grando

Representantes Regionais

Região 1
Andrea do Nascimento Viana
Joselia da Silveira Nogueira

Região 2
James Hulbert Alberton
Rosana Aparecida Simiano
Mariel da Rosa
Antonio Carlos Alves Dias

Região 3
Edenir Murilo da Costa
Camila Helena Lazzari Trentini
Jorge Augusto D'ornelas Ponsi
Luiz Alexandre Mesquita
Mario Henrique Dingee
Caroline de Bettio Mattos
Marcia Minatto
Andreza Matos de Souza
Douglas Martins Silva
Juliana Ludwig Bernardi Duarte

Região 4
Ademir Justino de Freitas
Cleia Graciosa Bardini

Região 5
Doraci Aparecido Pereira
Willians Cesar Peres
Cristiane Muller
Miguel Angelo Raymundi Filho
Ivone Coelho

Região 6
Camila Linhares Pivatto Cordova
Luiz Nascimento Carvalho
Darciano Kucarz
Erika Gabriele Siqueira
Ronielle Silveira

Região 7
Noeli Bock Alles
Ivete Tedesco Cambri

Região 8
Dalmo Gerson Muniz
Evandra dos Santos
Ivanete Rodrigues da Silva

Região 9
Simone Martins de Castilhos Godoy
Tadeu Cristiano Gasperin
Catia Ana Seffrin
Adriane Kramer

Região 10
Sidnei Furlan
Rosilene Aparecida da Silva Lima
Arnaldo Nazareno Borges
Fatima Pereira Ramos



Sumário

4 | Editorial



Entrevista
Jeruse Romão
Pág. 5

9 | Reportagem especial

Mães e servidoras do TJSC são mulheres esgotadas pela sobrecarga de trabalho com a pandemia | Alana Pastorini

Artigos

13 | Pandemia, mulheres negras e a necessidade do feminismo negro | Halina Leal

15 | Medo, desemprego e abandono com o coronavírus | Mariana Franco

17 | Em tempos de pandemia: a emergência de organizações de mulheres negras para o combate ao racismo e à violência de gênero | Carol Lima de Carvalho

19 | Machismo e pandemia | Marcos Wilmer

21 | Maternidade e home office em pandemia: quando (des)conectar é preciso | Jaqueline A. Maccoppi

23 | O assédio e a agressão não se configuram só com o toque | Beatriz Uliano

25 | Home office, tripla jornada e a realidade de uma assistente social, mãe de três filhos | Andréia Espindola

27 | Narrativas

Por onde andaram as Valentes em 2020? | Coletivo Valente

29 | Ensaio

Retratos do Parkinson: onde o amor anda de mãos dadas | Micheline Zolet

31 | Sugestões Valente

Josiane Censi



Quem lê Valente

PARABÉNS ÀS VALENTES!

Lembro que tomei um susto (no bom sentido) quando me deparei com a qualidade do conteúdo e profundidade das matérias. A libertação das mulheres em todas as suas facetas, por meio do esclarecimento, da informação e reflexão é essencial para construirmos uma sociedade melhor. De fato, é um importantíssimo trabalho apontar e ressaltar situações que, às vezes, passam despercebidas, porém que muitas vezes foram propositalmente enxertadas e/ou mantidas nessa ultrapassada estrutura patriarcal.

Bruno Castilhos - Analista Jurídico Comarca de Garopaba.

Para nós, do Coletivo de Negras e Negros do Judiciário de SC, a revista Valente é mais que um espaço pedagógico, político e ideológico. É também espaço de denúncia, de emoção e de reflexão, e mais uma voz neste cenário tão adverso que é a sociedade brasileira e o Poder Judiciário de Santa Catarina. Embora algumas vezes tenhamos pautas específicas, muitas se entrelaçam e outras são reivindicações e lutas de todas(os). A revista tem sempre algo instigante, atual e necessário para nos entregar, e isso vale tanto para os artigos e matérias quanto para as ilustrações e diagramação. Mais do que informar, ela interage com a(o) leitora(o), tornando-a(o), também, centro da cena, uma vez que a(o) faz refletir e rever temas complexos e singulares que perpassam o dia a dia das mulheres.

As edições mantêm a qualidade, cultivando a essência do coletivo, ou seja, as pautas estão voltadas para direitos das mulheres, em seus mais variados campos; as relações humanas e de gêneros e para as vivências cotidianas das mulheres, cujos significados nos emocionam e nos retiram do lugar-comum. São temas que dialogam com nossas angústias, nossos desejos e nossas reivindicações, proporcionando o reencontro constante com questões que, algumas vezes, queremos esquecer ou deixar "escondidas bem no cantinho da caverna".

Por fim, é uma revista que deixa suas sementes e nos retira do lugar que estávamos, tornando-se leitura fundamentalmente necessária.

Coletivo de Negras e Negros do Judiciário de SC

Valente: Mulheres se resignificam na pandemia!

Nós, da revista Valente, assim como muitas mulheres, resignificamos nossas ações e repensamos nossa função social, o potencial de nossas ações e nossa própria existência durante a pandemia. Em meio a tudo isso, conseguimos parar e explorar o cenário. Estamos com o conselho da revista revitalizado, com pessoas e ideias. Também diversas ações para concatenar a demanda deste momento atípico. As matérias são atualíssimas, com uma linguagem expressiva, vinda de mulheres fortes que trazem em suas palavras não só a dor e as incertezas do momento, mas palavras que emanam esperança!

A resiliência da mulher no protagonismo de sua própria história é o eixo principal desta maravilhosa 5ª edição. Coloque-se dentro de uma máquina do tempo e embarque conosco nesta narrativa de escrever e descrever os acontecimentos deste ano sem fim. Algumas falas são literalmente inimagináveis, algumas ações que iremos lembrar que fizemos durante os dias do caos podem nos fazer rir ou chorar; momentos da História que teremos dificuldades para explicar a quem não esteve aqui e vivenciou conosco esse paradigma. Entre ficar em casa, vacina, protocolos sanitários, vacina, Black Lives Matter, vacina, eleições, vacina, home office e vacina, saímos de março e aportamos em novembro. Descrevendo assim, parece simples, mas não é!

Como um veículo de comunicação de editoração plural, linguagem moderna adaptada à realidade cotidiana de nossas leitoras, sem perder a praticidade e as narrativas das personagens da vida real, mais uma vez dispomos aqui para vocês esse material que vem carregado com a superação do poder feminino!

No setor judiciário, muito mais que outras pessoas em suas atribuições profissionais, sabemos da importância da legislação para o bem e ordem da sociedade em geral. Nosso país em meio a tudo isso também viveu uma eleição diferente de todas as outras. O cenário virtual e o marketing digital realmente tomam conta da eleição 2020.

Assim, observamos que a mesma tecnologia que beneficiou algumas candidaturas, também é a que tira o sono de alguns servidores do nosso judiciário e de muitos outros profissionais. Nesse cenário percebemos nossas servidoras com triplas jornadas, desdobrando-se para atender às atividades de profissional, mãe, esposa, dona de casa e todas as demais funções que fica até difícil mensurar em palavras simples.

A entrevista com a psicóloga clínica, Cléo Martins, contribui quando pensamos na sobrecarga emocional e a tripla jornada. Destaque desta edição, o sistema do judiciário em suas atividades laborativas estão avançando e impondo suas demandas para cima dos trabalhadores sem condições físicas-emocionais, de equipamentos, de tecnologia e de conectividade em suas residências. Servidores tendo suas casas invadidas pelo ambiente profissional sem ter a chance de escolher.



Valente é uma revista do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Judiciário Estadual de Santa Catarina

Conselho Editorial Revista Valente:

Giselle Marques,
Juliana de Alano Scheffer,
Jaqueline A. Maccoppi,
Cristiane Müller,
Liliane de Fátima Silva dos Santos

Jornalista responsável:

Alana Pastorini (MTB 0072648/SP)

Revisão:

Murilo Souza (MTB 84452/SP)

Projeto gráfico e diagramação:

Tárik Assis

Ilustrações:

Duda Nas

Contato:

0800 701 1690
www.sinjusc.org.br
sinjusc@sinjusc.org.br

**SINJUSC
Sindicato**



@sinjusc.sc



(48) 9 9642-6874



SINJUSCTV



@Sinjusc



Mulheres fazem política além do partidário

Entrevista por Alana Pastorini*

Para falar sobre política, mulheres, espaço e o que é política para além das cadeiras no parlamento, a entrevistada desta edição é a professora mestra, militante histórica da luta, Jeruse Romão. Jeruse é formada em pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e foi a primeira universitária de sua família. Foi coordenadora do Programa Antonieta de Barros na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) e, na Câmara de Vereadores de Florianópolis, foi a responsável pela pesquisa e formatação do projeto de lei que tornou obrigatório o ensino de conteúdos afro-brasileiros nas escolas. Jeruse irá lançar, em janeiro de 2021, uma publicação sobre a deputada Antonieta de Barros – primeira e única negra no parlamento catarinense desde então.



Foto: Arquivo SINJUSC

> **Mais mulheres na política significa mais representatividade?**

Jeruse: Sim e não! Eu penso que mulheres na política informam para o conjunto da sociedade, sobretudo, como leitura e forma de ler, que as mulheres podem estar em situação igual aos homens em qualquer espaço. Agora, no sentido da pauta, sobre o que essas mulheres possam vir a defender, nem sempre. Veja o exemplo da Câmara de Vereadores de Florianópolis. A única mulher eleita declinou participação na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e de Igualdade de Gênero, constituída por quatro vereadores homens. Então, não se pode desassociar a presença da mulher na política e sua visão ideológica, da aderência ao seu campo político e a sua visão de mundo. Temos que pensar as mulheres, os indígenas, a população toda em sua pluralidade, então, assim como não dá para racializar negros em uma repre-

sentação monolítica, também não dá para tratar as mulheres na mesma perspectiva. E sim. Contribui, sim, fortemente para uma perspectiva de reeducação social e da desnaturalização da invisibilidade. Agora, é preciso compreender que mesmo não estando lá, as mulheres também representam inúmeros projetos políticos fora desse espaço.

> **Como melhorar a representação das mulheres na política?**

Jeruse: A cultura dos partidos ainda é voltada, gerida e dirigida pelos homens. As mulheres ainda estão em setores menores do que a presidência, a diligência e a representação. E mesmo os homens, mesmo na esquerda, quando falam da importância das mulheres participarem da política, eles falam da importância, mas não estabelecem condições de participação, justamente pelas atribuições que

elas carregam, que continuam as mesmas. Elas que deem um jeito, elas que lutem para cumprir uma agenda que foi criada pela perspectiva dos homens. Esse é um dos problemas, e quanto mais empobrecidas e mais vinculadas a sua dinâmica de sobrevivência, observa-se que elas são subestimadas e “dependentes” do que os homens dos partidos decidem. Elas não conseguem dominar os conteúdos sobre a organização política, visto que participam só de uma parte, já que não estão nas mesas de negociação e/ou nos espaços para definir com quem se dialoga. E uma coisa que tem se discutido e surgiu nos últimos anos é a presença do fundo eleitoral. Então, essas mulheres, muitas chefes de família, com salários menores do que o dos homens, não terão condições de assumir esse processo, que no Brasil, é desigual. E o fundo eleitoral, quando analisado, nessa base das últimas eleições, vemos que os partidos não distribuíram de forma igualitária os fundos para mulheres e negros. Ou seja, ainda



há um recorte patriarcal predominante, inclusive em um viés econômico da política partidária.

> **Por toda essa sobrecarga, pela inserção tardia ou nula na educação, mercado de trabalho e política – que majoritariamente foram dos homens, você acredita que elas se sentem despreparadas e até ilegítimas para ocupar uma vida democrática?**

Jeruse: Eu assumi a perspectiva da Antonieta de Barros, quando ela disse, em 1932, que não entendia a crítica, a resistência contra a presença da mulher na política partidária, se ela sempre esteve ali. Antonieta de Barros, dois anos antes de ser eleita a primeira deputada de Santa Catarina e a primeira deputada negra do Brasil, disse: “Não compreendemos, mesmo, a grita, levantada contra a porta, aberta ao sexo fraco, pelo direito do voto. E isto, porque, diga-se entre pa-

rênteses, Mulheres na política, em nosso país, sempre as houve. Não há novidade pois, a não ser que abandonaram os bastidores, para se apresentarem em público”.

Com base nessa chamada de atenção histórica dela, encontramos os nossos lugares na política, desde sempre, mesmo antes de sermos eleitoras e votadas. Então eu me lembro da minha infância, da minha mãe professora e de quando as mulheres professoras tinham muito poder e foram as primeiras mulheres que tiveram uma vida pública. O magistério é uma vida pública. Isso deu trânsito e visibilidade. Elas saíram de casa, lidaram com a sociedade, com as famílias de seus alunos, com a direção da escola, com o poder político local. Posto isso, penso que a invisibilidade desse conteúdo precisa ser combatida por nós mulheres. Precisamos escrever mais, buscar mais sobre esse assunto, para não chegar nessa afirmação, como se fosse verdade, de que as mulheres não participam da política e nunca participaram. Antonieta nos deixa esse alerta.

Quando você olha as reflexões articuladas, os atos, as decisões e as relações objetivas lideradas por mulheres em todo e qualquer canto, isso também é política. As mulheres sabem que aquilo lhes falta, como lideranças, tem que ser reivindicado em algum lugar. E sabem para quem demandar: é com @ prefeit@, com governador@, na câmara d@s vereador@s, e por aí. Essa atuação não é insignificante, pelo contrário, precisamos ampliar a potência no fato das mulheres sempre terem participado da política, mas ela só é lembrada pelos partidos, no ano eleitoral. Já os homens nunca deixam de serem reconhecidos como sujeitos políticos.

> **O que é política para além das cadeiras de vereador, deputado, prefeito, governador? O que é fazer política?**

Jeruse: Eu penso que é nessa perspectiva de Antonieta de Barros, de sempre terem existido mulheres capazes de governar a

vida cotidiana, projetando a cidadania, direitos e combate à desigualdade, sobretudo, projetando combate ao machismo e tudo que vem decorrente dele: violência e ausência de direitos. Nas associações de moradores e grupos religiosos elas estão prospectando representatividade. E é muito forte essa atuação. Eu me vejo como mulher na política a partir desses lugares. Então, autonomia para tomar decisões é fazer política, que começa em casa discutindo o machismo e o patriarcado, é a autonomia para reivindicar direitos, autonomia para pensar. Outro aspecto que aprendi com Antonieta, é que mesmo que ela tenha direito ao voto, não conquistou de imediato autonomia para pensar. Então, é interessante observar os primeiros mandatos das parlamentares mulheres do Brasil, as primeiras deputadas, prefeitas. Até 1940, 1950, você vai observar que ainda não tinham autonomia para pensar, estavam muito tuteladas ao machismo e muitas chegaram sozinhas. É o caso da Antonieta. Não existiam outras mulheres com quem ela pudesse dialogar. Essa conjuntura ainda está muito presente no Brasil quando, por exemplo, você percebe que mulheres acadêmicas, brancas, de classe média / alta, terão mais condições do que mulheres pobres, negras e/ou da periferia. Também há, nesse campo denominado mulheres na política, muitas distâncias advindas do modelo de hierarquização da sociedade brasileira.

> **Como incentivar a dona de casa, que muda de canal na propaganda eleitoral, a se interessar por política?**

As pessoas associam o fazer político somente com o período eleitoral. E não gostam do que costumam ver. Infeliz-

" Precisamos escrever mais, buscar mais sobre esse assunto, para não chegar nessa afirmação, como se fosse verdade, de que as mulheres não participam da política e nunca participaram."

mente, a escola como local de formação está sendo esvaziada. E quem ataca a educação oferece essa narrativa apolítica. A democracia prescinde do acesso aos conteúdos históricos sobre a organização da sociedade. Não é uma questão pessoal, particular, é uma pauta sobre a coletividade. Deveríamos ter na escola, desde nosso processo de formação inicial, acesso a esse conceito de política sem a conotação de que é partidário. A dona de casa é sujeita da política. Ela, seus filhos e seu entorno. E ela toma decisões. Quando está inserida nas dinâmicas da sua comunidade e reflete sobre o que dizer antes de dizer e fazer, respeitando o pensamento das vizinhas, está manifestando conteúdo político. Nós nascemos no contexto da política. É interessante pensar o rito da representatividade da política no Brasil que é uma outra coisa. Ela, por exemplo, quando vai votar no síndico do prédio ou na diretora da escola dela, está fazendo política. Então, o que precisamos é trazer esse conteúdo para a proximidade cotidiana. As pessoas possuem uma visão extremamente reativa quando a gente fala de política, porque elas pensam só em política parlamentar e, mais ainda, elas generalizam o político a um perfil. Precisamos também divulgar mais sobre o fazer parlamentar.

Não aproximamos a sociedade do legislativo, o que é lamentável. Assessoriei seis parlamentares. E sei o quanto é difícil estabelecer canais com a sociedade. Nesse processo eleitoral de 2020 falei muito de Antonieta de Barros. Achei importante articular a carreira dela de professora, sua pauta em defesa da educação e do magistério, sendo ela negra. Tentei aproximá-la das pessoas. Falar sobre a sua trajetória, a tornando uma inspiração.

> **Como você analisa a relação da política na educação, sobretudo, em processos de inclusão da população negra?**

Jeruse: Aí vamos ter que dialogar com todos os aspectos da política articulados e interseccionizados. As políticas na educação são em decorrência da atuação do movimento negro, como um movimento político de articulação e defesa de Direitos. O movimento que problematiza a desigualdade na sociedade brasileira sob uma perspectiva étnico-racial denuncia o racismo, que é estruturante na sociedade brasileira. A luta no âmbito da política partidária, nos ofereceu legislações em Santa Catarina e no Brasil, que objetivam desconstruir a perspectiva da escola que reproduz a hierarquização e o racismo, desde o Brasil colonial.

Desde a pós-abolição, a inclusão da política de igualdade racial e combate ao racismo na escola articula-se a partir de um conjunto de ações como acesso, permanência, história, cultura, visões de mundo e representações de nossas pluralidades negras. Por isso, eu vejo que estamos defendendo a democracia todo dia, porque todo dia ela é ameaçada. Estamos defendendo a democracia em 2020, nunca se falou

tanto nisso como nos últimos anos. E isso implica em defender a equidade para os sujeitos. São distâncias tão absurdamente profundas que ainda marcam grupos étnicos. É muita distância para a população indígena e negra no que diz respeito ao acesso da coisa pública. Interessante analisar que a coisa pública no Brasil é muito patrimonializada na perspectiva dos brancos e das elites, sobretudo, da classe média que é a que mais a usa e pressiona para que o que é público tenha as suas características. Quando você pensa que a escola pública de um país com maioria negra é eurocêntrica, a gente vai ter que lutar para que ela seja mais parecida com a população do seu país. Não é pensar só sobre a região sul: "Ah, mas aqui a maioria é branca". Não! Não é nessa perspectiva, é sobre ela ser muito desigual para a maioria. Sempre tivemos no Estado de Santa Catarina um conjunto muito potente de professores e professoras negr@s. Temos muitas pesquisas trazendo esses dados, mas, quantos dirigentes da educação foram ou são negr@s?

Você entende que mulheres devem votar somente em mulheres?

> Jeruse: Devem! Sempre que possível! Eu faço essa escolha, sempre que possível. Contudo, meu voto é racial também. Quando não tenho a opção de votar em uma mulher negra, voto no homem negro. Meu voto é racial e prioritariamente racial, porque eu entendo o impacto daquele negro na comunidade como um todo. Nas eleições de 2020, felizmente, a minha candidata foi uma mulher negra e nós também tivemos muitas possibilidades de votar em mulheres negras em Santa Catarina. Segundo o historiador Rhuan Fernandes,

"As pessoas têm uma visão extremamente reativa quando a gente fala de política, porque elas pensam só em política parlamentar e, mais ainda, elas generalizam o político a um perfil."

que analisou os dados eleitorais de 2020, aqui no Estado tivemos mais de 700 candidaturas pretas, 50% delas de mulheres. Então, foi totalmente possível escolher mulheres negras nesse pleito. Mas em outros, em que precisei escolher entre mulheres não negras e homens negros, escolhi os homens negros. Nós temos uma agenda extensa para o combate ao racismo no Brasil. Precisamos de pessoas francamente posicionadas e com essa centralidade.

Mas é preciso entender qual a pauta dessa mulher, correto?

> Se a candidata for contra as pautas que eu defendo, eu não voto nela. A gente também precisa se colocar no âmbito da pluralidade. Por exemplo, os homens brancos que estão no poder nunca tiveram que afirmar sua individualidade. Sabemos que eles são indivíduos e que nunca precisaram fazer movimento para ter lugar no poder. Agora, mulheres e negros sempre precisaram se organizar para ter representação. A bancada da Câmara Federal é composta por mulheres

de todos os partidos. Mas na Câmara dos Vereadores de Florianópolis, há apenas uma mulher, que nega falar sobre mulheres. Você vai votar nela? Ela se nega a ser a presidente da comissão das mulheres na câmara. Você vai votar nela porque ela é mulher? Não! A pauta "mulher" não está entre as pautas que ela defende. Portanto, o importante é que seja uma mulher na dinâmica da agenda política de mulheres. Eu entendo que os direitos conquistados pelas mulheres precisam ser defendidos e vejo algumas no poder desconstruindo esses direitos que implicam em perdas e políticas sobre etnia/raça, família, religião, identidade de gênero, juventude, infância, corpo, ecologia, saúde, educação, entre tantas outras, na nossa ampla diversidade de ser e existir.



*Alana Pastorini é feminista, jornalista, trabalhadora do SINJUSC e pós-graduada em Educação Profissional.



Mães servidoras do TJSC são mulheres esgotadas pela sobrecarga de trabalho com a pandemia

Por Alana Pastorini*

Produza, limpe, alimente, eduque e não reclame! Essa tem sido a rotina de muitas servidoras mães do judiciário catarinense e também da maioria das trabalhadoras. Isoladas em casa, sem ou com pouca estrutura de home office, elas precisam (tentar) manter o ritmo de trabalho, enquanto lidam com acúmulo de tarefas domésticas, além do cuidado e auxílio na educação dos filhos, agora sem o amparo das escolas e redes de apoio.

Desde que a crise sanitária se instaurou, mais evidente fica como a construção da responsabilização das mulheres com o cuidado é social e histórica, especialmente as que são mães de filhos em idade escolar.

Diferentes estudos e pesquisas realizadas no país e internacionalmente convergem de forma geral que mesmo quando há divisão de tarefas no ambiente doméstico, há níveis



diferentes de envolvimento no cuidar e, novamente, o peso maior recai sobre as mulheres.

Segundo informações levantadas pelo Instituto de Estudos de Gênero (IEG) da UFSC, tradicionalmente, as mulheres já assumem a maioria das tarefas de cuidado com idosos, doentes e pessoas com necessidades especiais. Elas se encarregam de pelo menos 50% a mais dos cuidados com as crianças, além de assumirem entre 10 e 30% a mais das atividades escolares virtuais em comparação com os pais.

“Nesse momento de isolamento e trabalho remoto, há uma reconfiguração dos trabalhos de cuidados (de crianças, idosos e doentes), que passam a ser demandados em tempo integral pelas mães, pais ou cuidadores e se estendem, no caso de pessoas com filhos em idade escolar, no acompanhamento das atividades escolares virtuais”, diz um trecho da carta do IEG.

A reportagem conversou com algumas servidoras mães com filhos em idade escolar e colheu relatos de como tem sido a rotina em casa. Os nomes foram preservados. Confira:

Assistente social, mãe de três filhos, com 5, 3 e 1 ano.

Estou apenas sobrevivendo. Nos primeiros três meses tentei manter o controle de tudo, cumprindo horário de trabalho, atendendo a rotina das crianças, sem eletrônicos, mantendo em dia as atividades escolares. Como dispensei a diarista de vir trabalhar em casa (mantendo o que eu pagava por mês), também assumi o encargo de limpar a casa, lavar a roupa e preparar as refeições. Estou me referindo a mim, mas tudo isso é compartilhado com o meu marido, que também passou a realizar home office.

No fim do terceiro mês eu e meu marido estávamos esgotados, estressados, frustrados porque tudo a gente passou a fazer um "mais ou menos". Não consegui cumprir o expediente de trabalho e passei a trabalhar de madrugada, pois preciso de concentração para elaborar meus relatórios sociais. A minha frustração era generalizada. Meu trabalho só se acumulava. Também tive culpa por não dar a devida atenção aos meus filhos e ao meu marido. Minha casa estava caótica, além do medo e das incertezas em relação à pandemia. Chorei milhões de vezes angustiada. Moro em apartamento, as crianças não tinham onde correr e gastar energia. Eu e meu marido chegamos à exaustão. Por questão de sobrevivência parei de me cobrar tanto. Eu continuo eventualmente trabalhando de dia alternando com meu marido, mas na maioria das vezes trabalho de madrugada, durmo de manhã, período em que meu marido cuida das crianças. Meu trabalho continua se acumulando e faço o que é urgente e possível fazer por meio remoto.

Técnica judiciária, mãe de uma filha de 11 anos.

Moro sozinha com minha filha, que antes da pandemia estudava no período da tarde em Escola Pública. Com a pandemia e já em casa, as tarefas são enviadas por grupo do WhatsApp, no período da tarde, que é o horário que estou disponível no trabalho. Eu acabo trabalhando muito mais, porque me sinto muito culpada por parar várias vezes durante o expediente para auxiliá-la. Eu não tenho rede de apoio na educação dela. O pai dela a busca a cada 15 dias e no final de semana que está com ele, dificilmente ela faz tarefa porque na casa não tem internet. Acaba sobrando tudo para mim. Sinto-me cansada. Tenho algumas dificuldades porque faço audiência por video-

conferência, e quando ocorrem, deixo minha filha em um quarto afastado, porque como trabalho na Vara Criminal, às vezes o que eles falam na audiência é complicado para uma criança escutar e acho que ela não precisa absorver isso. Sinto-me culpada por não estar participando 100% da educação dela. Sinto-me também muito ansiosa em resolver tudo, para que as coisas voltem ao normal, para que haja uma vacina logo. Preocupa-me bastante a volta física ao fórum com as escolas ainda fechadas, porque eu não tenho onde deixá-la. Meus pais moram longe e o pai dela trabalha tendo contato com muitas pessoas, então é uma rotina que vou precisar repensar muito, caso determinem a volta.

Assistente social, mãe de um filho de 11 anos.

Home office, filhos, tarefas domésticas, acontece tudo junto e isso estressa. É complicado separar. Trabalho da hora que acordo até a hora que vou dormir. Antes da pandemia, no Fórum tínhamos organizado uma rotina com toda a equipe e eu fazia de manhã. Daí em home office veio a exigência do TJ de estar conectada das 12h às 19h. Então, aqui em casa a gente compartilha o computador e por isso eu trabalho um pouco de manhã, à tarde e até a noite e acabo extrapolando o período de dedicação. Com a escola fechada, a atenção em casa é triplicada: para lazer, para estudos, para brincar. Meu companheiro é bem parceiro e assumiu, algumas vezes, mais coisas que eu em casa. Mas acaba que o gerenciamento doméstico ainda fica mais comigo. Os sentimentos são de muito cansaço e estresse por causa disso. E no trabalho me sinto angustiada porque eu, como assistente social atuando na mediação familiar e dada pandemia e algumas condições do Tribunal, sinto que não posso oferecer ao

cidadão o trabalho que ele merece e tem direito. Por mais que eu me esforce, me dedique, por mais que busque alternativas, acabo não oferecendo o adequado. Isso me angustia muito. O lado bom disso é o tempo com o meu filho. Eu nunca fiquei tanto tempo com ele desde que ele nasceu. Minha licença-maternidade foi só de quatro meses. Agora tem esse lado bom de fazer todas as refeições juntos, se cuidar, se curtir um pouco. Claro que o home office atrapalha um pouco, mas ainda assim é um lado bom.

Secretária do Foro TJA, mãe de um filho de 12 anos.

Minha rotina sempre foi uma correria! Minha família mora toda em Curitiba (PR), somos só eu e meu filho aqui em SC. Então ele ficava em tempo integral na escola, enquanto eu ia para faculdade das 8h às 11h30, quando pegava a estrada para estar no Fórum ao meio-dia. Posso dizer que reclamava de barriga cheia!

Eu tinha mais tempo sobrando do que agora que faço tudo em casa. Continuo tendo aula online, enquanto meu filho também está em home schooling. A meia hora de intervalo entre a faculdade e o trabalho continua a mesma, mas antes eu conseguia ouvir música e agora é o tempo para preparar o almoço. A tarde passa me atropelando com as demandas do trabalho, incorporar a pedagoga para auxiliar nos deveres e ainda tentar fazer com que o filho se exercite, estude, largue o vídeo game. A culpa inerente à maioria das mães sobrecarrega ainda mais a rotina. Meu menino volta e meia diz: “mãe, quando você vai pegar uma folga pra gente poder ficar junto?” É comum ele bater na porta e dizer: “mãe, já não terminou a hora do trabalho?” A gente acaba perdendo a noção das horas. E não basta desligar o computador, toda essa disponibilidade tecnológica mantém a gente ligada ao trabalho, sem intervalos. Sinto-me extremamente estressada e muito cansada.

Técnica Judiciária, mãe de dois, uma filha de 7 e um filho de 5 anos.

O que mais pega na quarentena é o cuidado com as crianças. Os dois pequenos têm demandas diferentes. E tudo recai sobre mim. Meu filho com cinco anos não consegue acompanhar as atividades online e tem todas as questões ainda que em muitos aspectos é um bebê de dois anos, como ainda usar fralda e acordar à noite. Essa parte do atendimento à noite fica com o pai. Mas o restante das atividades é tudo comigo. Então, resumindo, cuidado da casa e cuidado das crianças (que inclui o emocional delas) é integralmente comigo. A divisão em casa fica mais ou menos assim: pegar, comprar, pagar, consertar = meu marido. Organizar, limpar, cozinhar, cuidar, apaziguar, planejar, incentivar em dose dupla o dia inteiro = eu. Aí tem momentos que bate uma canseira. A energia abaixa, então dá um desânimo muito grande.

A difícil e conflitiva divisão de tarefas e responsabilidades entre homens e mulheres

A somar no debate, a psicóloga clínica, Cléo Martins (CRP 12/16054), traz em entrevista exclusiva à Revista Valente os desafios no compartilhamento das divisões de tarefas e propõe formas de resolução da problemática de gênero.

> Como aliviar a sobrecarga mental da vida pessoal misturada com o home office?

Primeiramente, é importante separar os dois, ter a rotina de trabalho, mas ter também sua rotina particular diária, separar o trabalho da vida pessoal. E como fazer isso? Você pode delimitar o tempo de trabalho e após cumprir sua carga horária, tirar um tempo para fazer suas coisas e separar um tempo para você. É importante também separar o ambiente de trabalho dos outros ambientes. Por exemplo: ter um local apenas para o trabalho home office. Depois daquele determinado horário você vai sair daquele espaço, ocupando outros espaços e fazendo outras coisas que



Cléo Martins

> Reportagem especial

não sejam do trabalho. Você vai ler um livro, assistir a uma série, organizar a casa. Separar os dois e delimitar o tempo de cada um e os espaços também ajuda você a organizar melhor a sua rotina e assim não vai sobrecarregar sua saúde mental.

> Como a hiperconvivência pode atrapalhar as relações?

Sim, pode. É importante destacar que somos pessoas únicas, ou seja, cada um vai ter a sua particularidade/singularidade, seus gostos, comportamentos e seus limites. Compreender isso é o primeiro passo. Outro ponto importante a destacar é o diálogo. A falta de diálogo dentro dos relacionamentos afeta e muito na convivência e conseqüentemente na saúde mental. A partir do momento que você tem um bom diálogo com quem você convive, muitas coisas poderão ser resolvidas sem a necessidade de grandes conflitos. Lembrando que esses relacionamentos não são apenas amorosos, mas familiares, de amizade, entre tantos outros. E o respeito. Saber respeitar o espaço do outro é fundamental para que essa convivência seja saudável.

> A sobrecarga mental afeta homens e mulheres de forma diferente?

Sim. Pesquisas apontam que a pandemia tem afetado mais a saúde mental de mulheres do que de homens. Isso por vários motivos. Muitas mulheres têm uma sobrecarga de tarefas diárias, como: cuidar da organização e limpeza da casa, cuidar do ensino-aprendizagem dos filhos e muitas vezes elas são provedoras do sustento da família. Então, todas essas variáveis demonstram

que as mulheres estão muito mais vulneráveis a despertar uma crise de ansiedade ou um estresse muito forte nessa época de pandemia do que os homens.

> A falta de participação dos homens nos cuidados com filhos e tarefas domésticas corrobora à sobrecarga mental das mulheres? Como mudar e dialogar com seu parceiro sobre isso?

Sim, e muito. Como dito anteriormente, as mulheres acabam se sobrecarregando com muitas atividades, desde os cuidados com a casa, com os filhos, com o sustento da família e muitas vezes sem a ajuda do companheiro, o que traz uma série de malefícios para a saúde. Isso se deve a essa construção cultural embasada no machismo, onde a mulher deve ser e é criada para servir e cuidar, e o homem visto como o chefe da família, muitas vezes não colaborando com os afazeres domésticos e com a educação dos filhos, responsabilizando a mulher para executar essas tarefas. Dialogar com o parceiro/companheiro, fazer um planejamento diário separando tarefas da casa e dos filhos, ajuda a não sobrecarregar ninguém e conseqüentemente contribui para um convívio saudável.

> A desigualdade de gênero no que se refere à capacidade de cuidar já estava posta e era objeto de estudo e atenção mesmo antes da pandemia, mas nesse contexto essa questão assume ainda mais destaque. Como você avalia essa socialização das mulheres de que elas devem cuidar do que é dela e do que é do outro?

A desigualdade de gênero sempre esteve presente na nossa sociedade e é a grande responsável por muitos preconceitos, discriminações, falta de garantia de direitos e responsabilidades, na diferença salarial, entre tantas outras coisas. Isso não seria diferente também na segregação de tarefas domiciliares e no cuidar. Desde muito cedo é ensinado às crianças sobre os determinados papéis que devem seguir, de acordo com o sexo/gênero atribuído ao nascimento. Um exemplo claro disso se remete ao brincar na infância, onde existe uma atmosfera de brinquedos ditos de meninas e outros de meninos, o que conseqüentemente influencia diretamente na construção do que é ser mulher e do que é ser homem, olhando a partir de um binarismo de gênero. Então, uma das grandes portas para mudarmos essa realidade e essas construções é a partir da educação, entendendo as estruturas que atravessam nossa sociedade e como elas influenciam na construção e vivência das pessoas.



*Alana Pastorini é feminista, jornalista, trabalhadora do SINJUSC e pós-graduada em Educação Profissional.

Pandemia, mulheres negras e a necessidade do feminismo negro

Por Halina Leal*



Em tempos de pandemia de Covid-19, as desigualdades de gênero, raça e classe tornam-se mais evidentes. No Brasil, onde negras e negros são vítimas das disparidades sociais, do preconceito e da discriminação racial, a crise é acentuada, revelando a vulnerabilidade desta população.

Tal vulnerabilidade é histórica, tendo em vista o racismo histórico e estrutural que naturaliza as situações desiguais das pessoas negras na nossa sociedade. O racismo, ou seja, a forma sistemática de discriminação racial e que resulta em desvantagens ou privilégios, dependendo do grupo racial ao qual os indivíduos pertencem, invisibiliza e silencia grupos racialmente identificados. Suas demandas não são consideradas como importantes e no contexto da pandemia não é diferente. No Brasil, o governo

federal não exigiu a coleta de dados raciais para os casos de Covid-19 até a segunda semana de abril e o fez somente após a pressão de movimentos negros, entidades de classe e associações científicas. Isto revela o

“O objetivo do feminismo negro é o desenvolvimento do empoderamento das mulheres negras a partir de si mesmas, de discursos próprios e de autoidentificação”

descaso do poder público com esta população. Mesmo tardios e nem sempre com qualidade que permita análises detalhadas que desvelem as desigualdades raciais em saúde, os dados são reveladores. Em abril, o Ministério da Saúde já apontava para altas taxas de mortalidade por Covid-19 entre pessoas negras, incluindo aquelas que se identificam como “pretas” e “pardas” no censo demográfico. Dados coletados no mês de maio por pesquisadores para mais de 5.500 municípios mostram que 55% dos pacientes negros, hospitalizados com Covid-19 em estado grave, morreram em comparação com 34% dos pacientes brancos. (ARAÚJO e CALDWELL, 2020)

A situação das mulheres negras é peculiar. Para além do racismo que faz com que a vulnerabilidade anteriormente descrita

as atinja, sobre estas mulheres incide também os efeitos do sexismo. Em função disso, as mulheres negras encontram-se na base da sociedade. O que significa, por exemplo, receberem os menores salários em comparação com homens negros, mulheres brancas e homens brancos (IBGE, 2019); sofrerem maior violência obstétrica, 65,9% das mulheres que sofrem este tipo de violência são negras (FIOCRUZ, 2017), serem as maiores vítimas de mortes maternas, 62,8% destas mortes, e feminicídios, 61%, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019.

Na pandemia, as mulheres negras têm sofrido o impacto da doença com maior precarização de condições de trabalho e sobrevivência e exposição a situações de violência. Neste período, o trabalho doméstico tem sido essencial e são as mulheres negras que constituem a maior força de trabalho doméstico no país, segundo o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Por causa disso, muitas não fizeram o isolamento, estando mais propensas a serem contaminadas pelo vírus, além de a maioria não ter locais adequados para deixar seus filhos enquanto trabalha. Nas regiões periféricas, muitas mulheres negras estão sustentando a família e muitas, com companheiros desempregados, sofrem violência doméstica de modo mais frequente.

O “peso” da interseccionalidade de opressões de gênero e raça tornou-se mais evidente na pandemia, o que torna mais evidente a necessidade de um

movimento que coloque as mulheres negras no centro dos debates e reivindicações e que as tire do lugar de invisibilidade e silenciamento. Aí reside a necessidade do feminismo negro.

Feminismo negro designa o movimento teórico, político e social protagonizado por mulheres negras e que busca dar visibilidade às peculiaridades das demandas deste grupo de mulheres. Essas demandas estão relacionadas à interseccionalidade de opressões que implica em múltiplas situações pelas quais passam estas mulheres e que as colocam à margem do poder e da representação, em diferentes contextos.

O objetivo do feminismo negro é o desenvolvimento do empoderamento das mulheres negras a partir de si mesmas, de discursos próprios e de autoidentificação, tendo em vista a justiça social e a modificação das estruturas sociais. Nesses termos, este empoderamento não está direcionado pura e simplesmente para conquistas individuais, mas às coletividades de mulheres negras que desenvolvem um entendimento de sua condição social e política, de sua história e de suas variadas habilidades, autoafirmando-se e trilhando caminhos de superação das condições impostas pelas desigualdades sociais.

O feminismo negro, ao dar visibilidade ao conjunto múltiplo e simultâneo de discriminações que recaem sobre as mulheres negras e que definem fortemente posições e possibilidades sociais deste grupo, aponta o quanto as questões de raça

e gênero estão entrelaçadas com as questões de classe.

Este é um movimento que foca, num primeiro momento, nas mulheres negras, mas convoca para uma mudança estrutural necessária à sociedade. É nesse sentido que o feminismo negro envolve não somente a libertação das mulheres negras individualmente ou enquanto grupo, mas envolve também a libertação de homens negros, mulheres não negras, comunidade LGBTQIA+ e todas e todos em situações de desigualdade e opressão.

Em última análise, ao refletir sobre as bases dos sistemas opressivos e desiguais, o feminismo negro fortalece e amplia seu campo de atuação enquanto um movimento social e político. Ele abarca distintos segmentos sociais, propondo mudanças estruturais em sistemas políticos, econômicos e sociais reprodutores de desigualdades, violências e opressões.



*Halina Leal é Doutora em Filosofia/USP, com estágio em Stanford University. Pós-Doutorado em Filosofia-UNIOESTE. Professora da FURB, líder do GENERA-Grupo Interdisciplinar de Pesquisas em Gênero, Raça e Poder.

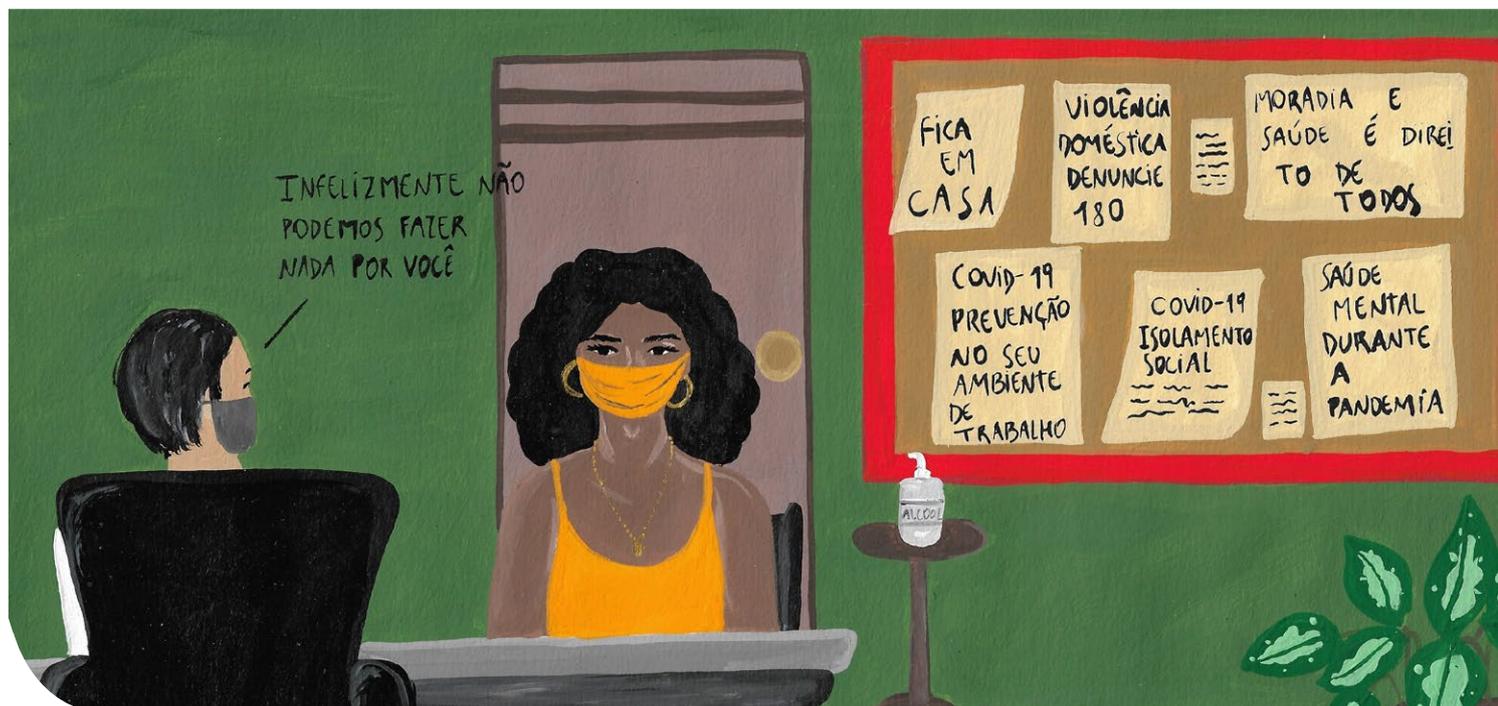
Referências

ARAÚJO, Edna e CALDWELL, Kia. *Por que a COVID-19 é mais mortal para a população negra*. abrasco.org.br. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/gtracismoesaude/2020/07/20/por-que-a-covid-19-e-mais-mortal-para-a-populacao-negra-artigo-de-edna-araujo-e-koa-caldwell/>

LEAL, Halina. Feminismo Negro. *Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia*, v. V.6, p. 16-23, 2020.

Medo, desemprego e abandono com o Coronavírus

Por Mariana Franco*



O que já nos preocupava antes, com a pandemia causada pelo coronavírus problematizou e estigmatizou ainda mais a população de pessoas transexuais e de travestis no Brasil.

As violências e a negação de direitos fazem parte da constituição histórica dessa população no Brasil, mas com a crise sanitária que vivenciamos, pessoas trans estão vivendo em situações de vulnerabilidades econômicas e sociais.

Segundo dados da Agência Nacional de Travestis e Transexuais, acredita-se que mais de 90% de pessoas trans sobrevivem como trabalhadoras sexuais. Mas como conseguir

renda financeira em um período em que a exposição às ruas pode trazer a contaminação pelo vírus? Como trabalhar se as ruas estão abandonadas e desertas? Até mesmo as negociações de valores dos encontros estão sendo quase simbólicas: ou você ganha aquilo ou não ganha nada. Aqui coloco simbólica mesmo, qualquer busca na internet você encontra cachês com preços a partir de R\$20.

Com dificuldades financeiras, muitas pessoas trans não estão mais conseguindo quitar as suas dívidas, como o aluguel. Já é notável o aumento de pessoas trans indo residir nas ruas e, mais difícil ainda, é incluir essa população nas políticas públicas.

É existente a negação de agentes da saúde em reconhecer a identidade de uma pessoa trans

“Em maioria, somos expulsas do núcleo familiar entre 14 e 17 anos. Não conseguimos acessos a espaços de uso comum, como universidade, emprego formal ou um simples passeio no shopping”

e realizar o encaminhamento da mesma para o albergue na qual essa usuária se reconheça e se sinta confortável. Muitas mulheres trans e travestis são encaminhadas para espaços destinados aos homens, e pelo preconceito e a exposição às violências psicológicas, sexuais e físicas, muitas usuárias preferem ficar nas ruas mesmo. Sem mencionar que quando uma pessoa trans procura a saúde pública, existe uma ojeriza por agentes da saúde, um preconceito latente, onde o nome social não é respeitado, e quase todas às vezes qualquer problema de saúde é relacionado com HIV-Aids.

Outra dificuldade que o coronavírus trouxe à população de pessoas trans no Brasil foi o isolamento social junto aos seus agressores. Levantamentos de dados sobre as violências que as mulheres brasileiras sofrem na pandemia foram produzidos, porém não existe interseccionalidade nesses dados. A inclusão de mulheres trans e travestis na Lei Maria da Penha ainda fica conforme a aplicabilidade do intérprete da mesma, que poderá negar o exercício de direitos fundamentais a essa população hipervulnerável. Poderia neste caso ser aplicada a Lei de Criminalização da LGBTFOBIA? Sim, mas aqui estamos falando de violência de gênero, realizada e motivada contra uma pessoa se expressar socialmente como mulher.

Durante o período de pandemia, foram registrados mais de 40 assassinatos de pessoas trans no Brasil¹ e um aumento de 13% de casos de suicídio, motivados por razões

econômicas ou abandono social. Muitas pessoas reclamam do isolamento social, em não interagir com outras pessoas, mas a população de pessoas trans no Brasil já está acostumada com isso. Em maioria, somos expulsas do núcleo familiar entre 14 e 17 anos. Não conseguimos acessos a espaços de uso comum, como universidade, emprego formal ou um simples passeio no shopping, pois para algumas pessoas isso pode parecer um tanto quanto radical, mas sim, somos expulsas de estabelecimentos como um shopping, pois não possuímos o direito de utilizar banheiros femininos, por exemplo. Possuímos poucos vínculos afetivos pois a própria sociedade nos impõe isolamento social. Absurdo? Quantas pessoas trans você vê circulando durante o dia?

É muito raro, pois somente a noite nos é permitida, Foi-se criado isso historicamente. Só podemos ser vistas à noite, em nome da moral e dos bons costumes, tudo para não ofender a família brasileira. Mas para debater sobre isso, precisamos ir ao cerne do problema, que está no patriarcado, na misoginia e na transfobia. O patriarcado acomete essas violências pois compreende que fizemos a recusa do privilégio em ter nascido "homem". Para ele, se queremos ser socialmente vistas como mulheres, devemos enfrentar todas as dificuldades por igual.

É preciso cobrar o Estado a importância em adotar todas as providências necessárias para essa população enfrentar as urgências causadas pela Covid-19, e principalmente

que a sociedade civil fortaleça os movimentos sociais, estes que estão desempenhando um papel fundamental na dignidade da pessoa humana em locais onde o Estado se faz ausente.

Tenham empatia e solidariedade com a população trans brasileira, que é estigmatizada, criminalizada e brutalmente violentada há décadas no Brasil.

E você, já ligou ou perguntou para uma pessoa trans ou travesti como ela está enfrentando a pandemia?



* Mariana Franco é Discente de Serviço Social na UFSC, Conselheira Estadual dos Direitos das Mulheres de SC, Conselheira Nacional de Combate e Prevenção à Violência e Tortura, Presidente da União Nacional LGBTI, Coordenadora da União Brasileira de Mulheres.

¹ Dados onde existiu o reconhecimento da vítima como uma pessoa trans. Acredita-se que esse número possa ser maior, visto que muitos agentes de Segurança Pública não reconhecem as vítimas como pessoas transexuais ou travestis.

Em tempos de pandemia: a emergência de organizações de mulheres negras para o combate ao racismo e à violência de gênero

Por Carol Lima de Carvalho*

Os meus escritos pretendem apreender reflexões sobre o racismo estrutural, que afeta diretamente os percursos de vida das populações negras, assim como as violências de gênero durante a pandemia. A partir da análise de organizações de mulheres negras constituídas antes e durante a pandemia, a ideia é enfatizar a importância de discussões em torno da proposição e efetivação de políticas públicas voltadas para populações até então invisibilizadas. E neste caminhar, viabilizar maneiras para combater o racismo e todas as formas de opressões na sociedade brasileira.

Durante a pandemia, as iniquidades tornaram-se ainda mais visíveis, principalmente no que envolvem as violências de gênero, classe e raça. Importa destacar que esta conjuntura é reflexo do racismo estrutural. O advogado, doutor e filósofo, Silvio Almeida, expõe o que isso significa. É uma forma “sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencam” (ALMEIDA, 2019, p. 32). Por ser estrutural, ele reverbera em múltiplas instâncias, como por exemplo, na educação, nas culturas, nas estéticas e principalmente nas formas de produção de conhecimento.



No caso das mulheres negras, segundo a filósofa, mestre e professora, Djamila Ribeiro, “a combinação de opressões coloca a mulher negra num lugar no qual somente a interseccionalidade permite uma verdadeira prática que não negue identidades em detrimento de outras” (RIBEIRO, 2017, p. 3). Desse modo, é preciso considerar que as mulheres negras sofrem a violência racial e de gênero, entre outras formas de opressão. A mestre, doutoranda e assistente social, Carla Akotirene, alerta-nos também que interseccionalidade para as mulheres negras e feministas negras é muito mais que um conceito, é uma teoria e uma ferramenta de luta política que emerge das ações cotidianas.

As organizações aqui apresentadas possuem a interseccionalidade como teoria, além de enfatizar a importância da ancestralidade pensada

como um “processo de formação identitária e de libertação, especialmente das pessoas inseridas nos contextos sociais desprivilegiados, pois implica em conhecer e reconhecer-se na construção de sua história e missão de vida” (MACHADO; ABIB, 2011, p. 6). Desse modo, a partir de suas experiências, constroem formas de combate ao racismo e violência de gênero. Todas elas são compostas por mulheres negras e situam-se na cidade de Florianópolis, buscando (re)existir a partir de seus lócus de enunciação. Uma delas é a Associação de Mulheres Negras Antonieta de Barros (AMAB), do ano de 1985, e o projeto Afro-Power Ubuntu: eu sou porque nós somos, criado em 2020, durante a pandemia.

A Associação de Mulheres Negras Antonieta de Barros (AMAB) é uma organização sem fins lucrativos, que por meio da educação, saúde e cultura, lutou

e ainda luta pelo fim do racismo, das discriminações e pela equidade de direitos. A principal figura é Antonieta de Barros, pois reivindica a importância de viabilizar sua trajetória de vida dedicada à educação e à defesa das mulheres. Neste caminho, a AMAB realizou diversas ações no intuito de possibilitar que a educação transformasse vidas, como, por exemplo, o projeto Formando Educadoras Negras e a Mulher Negra no mergulho de sua história, projeto afro-artesãs, além de organizar o Seminário Lei 10.639/03 para além dos muros da escola, Conversas com Antonieta e as homenagens aos aniversários de nascimento de Antonieta de Barros. Durante a pandemia, as ações estão voltadas para representações nos espaços online e na participação e contribuição no Conselho Estadual das Populações Afrodescendentes de Santa Catarina (CEPA/SC), assim como na organização de atividades que possam colaborar com as proposições de políticas públicas e na construção do Centro de Cultura Negra de Santa Catarina, homenageando Antonieta de Barros.

O projeto Afro Power Ubuntu tem como objetivo focar em aspectos que envolvem o empoderamento de meninas e meninos negros na cidade de Florianópolis. A ideia é que durante a pandemia, através de fotos e

vídeos, seja possível enaltecer a estética negra, tendo como referência a pluralidade de culturas africanas e afro-brasileiras.

O projeto surgiu na intenção de utilizar as mídias e a importância de valorizar a estética negra como caminhos para a luta contra o racismo. O convite é feito para mulheres, homens e adolescentes para falarem sobre os temas abordados, como tranças, transição capilar e outras estéticas negras. A intenção é que, depois da quarentena, possamos atuar nas escolas e em diferentes espaços propondo rodas de conversas, eventos e encontros. Além disso, consideramos que a estética também é música, corpo, entre outras manifestações africanas e afro-brasileiras. Por fim, esse projeto surgiu com o anseio de valorizar nossas estéticas, contribuindo também para proposição de políticas educacionais que reconheçam esses temas como centrais nas práticas pedagógicas.

Por fim, é preciso pensar também “nas consequências desse cenário mundial e como impacta na vida das mulheres negras, e em sua resistência contra o vigente racismo estrutural, a violência e pelo bem viver” (CANÁRIO, 2020). Diante da apresentação dessas organizações, seus trabalhos antes e durante a pandemia, possuem

esta intenção de discutir e refletir sobre uma proposta de alteração de um cenário que inviabiliza discussões sobre as histórias, memórias e narrativas de mulheres negras em Florianópolis, além dos modos de ser, estar e pensar o mundo. Elas convidam também a todas, todos e todes para serem antirracistas.



*Carol Lima de Carvalho é Doutoranda em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina, Professora de História em Florianópolis e Vice-Presidente da Associação de Mulheres Negras Antonieta de Barros (AMAB).

Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. Brasil: Pólen, 2019. 255 p.

DAMASCENO, Daniela dos Santos **Tradição Oral, Memória e Narrativa: Considerações sobre o Velho Kaitamba em os Estandartes**, 2019, Salvador. **Anais XV Enecult**, Salvador: Anais, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019".

ABIB, Sara Abreu da Mata; MACHADO, Pedro Rodolpho Jungers. **CORPO, ANCESTRALIDADE E AFRICANIDADE: por uma educação libertadora no jogo da capoeira angolã**. **Revista Eletrônica de Culturas e Educação**, Brasil, v. 4, n. 2, p. 1-16, nov. 2011.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polên, 2019. 150 p.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. 111 p.

Machismo e pandemia

Por Marcos Wilmer*



Confesso que fico pasmo em ver como pode ainda existir machismo. E esse vício está tão disseminado em nossa cultura que, se me permitem, quero antes de tudo esclarecer que me nego a usar os termos 'mulher' e 'homem', porque já nisso vejo influência do vício. Homem é o nome da espécie (como samambaia, chimpanzé, girafa etc.) O macho da espécie humana, que vem se apropriando do nome da espécie, chama-se varão. E assim pretendo chamá-lo.

Quero esclarecer também que neste artigo – e apenas nele – não me atreui mais adequadamente à questão de gênero, porque não estarei falando dos princípios masculino e feminino, visto que o machismo tolhe tal tipo de aprofundamento.

Sei que pode parecer ingênua a afirmação que pretendo apresentar, já que, na aparência, aos varões o machismo é vantajoso ou interessante por deixá-los supostamente livres e empoderados. Crê-se que o machão manda e desmanda, faz o que quer e não se compromete com nada que não seja trabalho e dinheiro. Só que não! De forma alguma é assim. O machão é mais prisioneiro até do que sua companheira ou seu companheiro. Mas, para piorar, ele não sabe disso. Na realidade, o machão perdeu contato com a sua companheira, com os seus filhos e, principalmente, consigo mesmo. Até o seu contato com amigos é superficial e vazio. Ele não sabe se expressar, não sabe interagir de forma humana, não sabe conversar, pedir ou oferecer, simplesmente porque não sabe o que sente.

Vejo que, como já está para lá de claro que o machismo é destrutivo, existem muitos varões que pretendem não sê-lo, que gostariam tanto de se libertar desse auto aprisionamento que, aprendendo todo o discurso antimachismo, sabendo intelectualmente do que se trata, acabam por se convencer de que conhecem a coisa, apesar de só conhecer o nome da coisa, como em várias áreas da vida, como amor, lealdade, generosidade e, talvez principalmente, espiritualidade. Sabe-se o nome, mas não se tem a experiência. Como já foi dito, vivemos num tempo em que as pessoas vão ao restaurante e comem o cardápio.

Se antes, com todas as válvulas de escape (jogos, diversões, álcool, prostitutas etc.), o machismo, sendo assumido ou disfarçado, já representava um

gigantesco incômodo surdo-mudo para os varões e um sofrimento que gritava há séculos dentro do peito das mulheres, a pandemia pôs em evidência todos os espinhos cravados na carne e na alma deles e delas. Se as mulheres estão tendo uma extrema dificuldade em exercer plenamente o seu direito ao desligamento em relação ao trabalho e às suas múltiplas outras funções, os varões, por sua vez, estão simplesmente enlouquecendo. Se o machão não sabe o que é o amor (só conhece a paixão e o desejo), como pode saber o que é um lar? E, se não sabe o que é um lar, como há de viver o isolamento social?

Vale esclarecer porque prefiro usar o termo 'desligamento' do que o que se está usando mais frequentemente: 'desconexão'. É que, psicologicamente falando, desconexão significa não saber 'se antenar', não prestar atenção ao que ocorre ao seu redor, viver alienado e, como é próprio dos machões, não ter conexão sequer com seus próprios sentimentos, diferentemente do que naturalmente as mulheres vivem, de estar conectadas com tudo. A mulher olha o conjunto, sabe considerar o todo. É uma lástima que os varões ainda se neguem a aprender com as mulheres sobre amor e seus sinônimos: cuidado, atenção, delicadeza, amplitude, consideração, democracia. O sinônimo de machismo é tirania. E é exercida inclusive sobre os próprios varões.

Então chegamos à essência do nosso título: Machismo e Pandemia. E podemos ir um pouco além das questões de ordem prática.

Primeiro, o machismo é, ele mesmo, uma pandemia que vem carcomendo nossa sociedade há séculos. Foi necessário que as mulheres tomassem a frente

para transformar esse estado deplorável de coisas. Evidentemente, pagaram e continuam a pagar um alto preço por isso. A incompreensão é generalizada. E não somente entre os varões, já que por infelicidade ainda existem muitas dondocas e bonecas (velhas ou novas) que se comprazem em viver à sombra dos varões e em criticar as mulheres *valentes*.

Segundo, devemos considerar que a própria pandemia (do coronavírus), que estamos sofrendo agora, foi desencadeada pela forma estúpida e predatória como a Humanidade vem se valendo dos recursos naturais, numa teimosa e inconsequente negação em ver o planeta como Gaia – uma entidade viva. Pode ser que ela, como forma de autopreservação, tenha liberado as ondas de vírus que hoje estão à solta. Ou, muito mais simplesmente, pode ser que nós mesmos tenhamos aberto a caixa de Pandora da Natureza por excesso de ganância e irresponsabilidade. Não teria sido difícil supor que a exploração dos animais, dos outros povos, os desmatamentos, as emissões de gases tóxicos, a poluição das águas, a mineração destrutiva etc. nos trariam ao ponto em que chegamos. Tenho certeza de que se o *Princípio Feminino* tivesse voz nós jamais teríamos chegado a isso.

Assim, finalmente, podemos abordar o terceiro aspecto situado mais além do nível prático: a toxicidade.

Com um esforço impressionante, como já disse, pagando um altíssimo preço nas suas vidas pessoais, as mulheres conseguiram – através do vital Movimento Feminista – abrir um caminho que levasse a Humanidade a se curar do que podemos chamar de envenenamento da masculinidade. Esse

foi um passo importantíssimo. Porém, não foi ainda o caminho todo. O fato é que para sair de baixo da botina do machismo, as mulheres precisaram mostrar seu valor *no campo masculino*, ou seja, a Revolução Feminista foi obrigada a transportar-se para o campo masculino – tóxico. E só agora, muito recentemente, podemos começar a ver indícios do que eu chamaria de uma *Revolução Feminina* – uma transformação nos valores: da competição para a cooperação, do chamado 'mercado' para a família, do consumismo para o compartilhamento, da insana depredação para a Ecologia, da vida frívola para o autoconhecimento.

Em outras palavras, a primeira revolução foi pela legítima retomada do *poder pessoal*, a segunda está sendo por *valores*, por aquilo que pode salvar o mundo da destruição. E que fique claro, não seria o planeta a ser destruído, mas sim a Humanidade. Pois Gaia sempre dá um jeito de sobreviver.



* Marcos Wilmer é psicoterapeuta e escritor. Seu primeiro livro, publicado em 2008 no Brasil e em 2018 em Portugal, busca incentivar as pessoas, de todos os gêneros, a honrar o aspecto masculino saudável que foi abandonado há muito pela sociedade patriarcal materialista.

Maternidade e home office em pandemia: quando (des)conectar é preciso

Por Jaqueline A. Maccoppi*



Engana-se quem pensa que *home office* é puro privilégio. De certa forma é: os dados mostram que o teletrabalho atinge apenas parcela dos trabalhadores – na sua maioria militares e servidores estatutários com ensino superior completo ou pós-graduação¹.

Mas, quem é mãe sabe bem como tem sido desafiador entrelaçar vida familiar e ambiente de trabalho no mesmo espaço durante o isolamento social. Embora maternar nunca tenha sido uma função fácil, o desafio se tornou ainda maior por conta da quarentena e a consequente diminuição das redes de apoio familiar, bem como o fechamento das creches e escolas. Sem considerar as dificuldades – ainda maiores – das mães que precisam trabalhar fora de casa e não têm com

quem deixar os filhos, conciliar trabalho remoto e maternidade pode ser bastante problemático.

A começar pela confusão no ambiente familiar. Quem é mãe sabe que, por melhor que seja a divisão dos espaços da casa, dificilmente consegue trabalhar por muitas horas sem que seja interrompida por gritos, choros e pedidos dos mais mirabolantes. Para amamentar.

“Conciliar com a função de servidor em home office tem suas complicações e, por isso, exige iniciativas por parte do TJ”

Para dar comida. Para trocar fralda. Para trocar o desenho. Para dar colo. Ou, simplesmente, para dar atenção.

Quem é mãe de filhos pequenos provavelmente trabalha com um olho no computador e outro no filho. Quem é mãe de filho em idade escolar precisou virar professora, fazer exercício de matemática de novo. Todas elas, independentemente da fase maternal, tiveram de ressignificar o sentido da maternidade, tiveram de aprender a conviver com a culpa de estar presente, mas não ser presente.

E as tarefas das mulheres-mães são inúmeras, não é preciso elencar os trabalhos domésticos para destacar, ainda, todo o resto que envolve ter uma família com filho(s). Ainda que possam contar com o companheiro/mari-

do e pai consciente de seu papel, é inegável que a sobrecarga é desigual, sempre recaindo de forma mais acentuada sobre a mulher. Para as mães-solo, sobretudo, que não raramente precisam trabalhar em jornadas duplas ou triplas para suprir as necessidades da família monoparental, pode se tornar uma jornada impossível.

Embora exista um imaginário social constituído sobre a ideia de que as mães são “guerreiras”, a bem da verdade, são apenas mulheres inseridas num sistema difícil de subverter e é preciso questionar as regras que insistem em mantê-lo. Cuidar dos filhos é uma função social que precisa de tempo, dedicação e responsabilidade. Conciliar com a função de servidor em *home office* tem suas complicações e, por isso, exige iniciativas por parte do TJ.

Algumas questões específicas em relação ao gerenciamento de rotina são imprescindíveis para que a servidora mãe tenha condições físicas e mentais de exercer sua função. Há que se atentar ao aumento nas exigências de permanência de conexão ao chefe do setor, via computador ou *smartphones*, fora do período de trabalho, bem como às altas metas de produtividade, o que vem comprometendo o tempo de descanso, lazer e cuidados dos filhos.

Neste contexto, vale mencionar o projeto de lei n. 4.044/2020², que pretende implementar o direito à desconexão, consistente na “fruição, pelo empregado, de seu tempo de folga, a fim de garantir seu direito à saúde, ao lazer e à vida privada”³, mediante algumas medidas, tais como proibindo o empregador de acionar o empregado por meio de serviços telefônicos ou virtuais fora do horário de trabalho e sua exclusão dos grupos de trabalho virtuais durante o gozo das férias⁴, diminuindo as preocupações e ansiedades relativas aos acúmulos de trabalho pela pausa na função.

Embora não diga respeito aos servidores estatutários, nem seja de todo suficiente, são adaptações rotineiras de simples aplicação e que, na prática, fazem diferença no bem-estar dos servidores. No mesmo sentido, outras alternativas podem ser adotadas na tentativa de reduzir a sobrecarga e os problemas advindos da confusão de funções: ajuste de metas, flexibilidade de horários, rodízios, espaços de fala para compartilhamento de vivências no trabalho etc.

Para que este cenário caótico de crise sanitária seja ultrapassado sem maiores consequências aos servidores, é preciso que o aprimoramento de questões ligadas à rotina dos

teletrabalhadores seja invocado por toda a categoria, visto que provavelmente continuará sendo o modelo de trabalho de muitos, pelo menos enquanto não mudar o panorama (e, também, depois, em se considerando a provável manutenção de alto número de servidores em *home office*). Servidores com saúde física e mental resguardadas tendem a trabalhar melhor e mais motivados, além de possuírem mais capacidade para lidar com as adversidades do cotidiano, o que sempre retorna positivamente para a instituição e para o jurisdicionado.



*Jaqueline A. Maccoppi é TJA lotada na 1ª Vara da Comarca de Araquari, em teletrabalho desde 2015, mãe, pesquisadora e mestranda em Direito do Estado pela UFPR.

1 Dados do IBGE citados pelo Senado em “Teletrabalho ganha impulso na pandemia, mas regulação é objeto de controvérsia”. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/07/teletrabalho-ganha-impulso-na-pandemia-mas-regulacao-e-objeto-de-controversia>>.

2 O projeto, de iniciativa do Senador Fabiano Contarato (REDE-ES), visa alterar o § 2º do art. 244 e acrescenta o § 7º ao art. 59 e os arts. 65-A, 72-A e 133-A a CLT. Disponível em <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/143754>>.

3 Cf. art 1º do PL 4.044/2020.

4 Experiência vivenciada positivamente pela autora deste artigo, por iniciativa do Chefe de Cartório da 1ª Vara da Comarca de Araquari, Daniel Sprotte Lima.

O assédio e a agressão não se configuram só com o toque

Por Beatriz Uliano*

Quando falamos em assédio, nos deparamos com um assunto complexo e muito sério, em que é necessário uma discussão.

Nós, mulheres, sofremos frequentemente com o assédio em diversos âmbitos. Tanto moral quanto sexual. Seja em um transporte público, no local de trabalho, estudo ou até mesmo no momento de lazer. Esta é a triste realidade em que vivemos, pois o assédio não se configura apenas com o toque, mas também está presente naquele comentário inoportuno, nos olhares maliciosos e em diversas frases que afetam a integridade e o psicológico da mulher.

Uma das principais causas do aumento nos casos de assédio, principalmente o moral, são provenientes do machismo enraizado na nossa sociedade. Este está cada vez mais descarado e vem sendo passado de gerações, onde desde pequenos os meninos assimilam que o desrespeito e a imposição às meninas é visto como motivo de orgulho e demonstração de masculinidade pelos pais.

Em uma pesquisa divulgada pela organização internacional de combate à pobreza ActionAid, ligada à ONU, mostra que 86% das mulheres brasileiras foram vítimas de assédio nas ruas e em locais públicos. As mulheres afirmavam que quase todos os dias homens mexiam com elas na rua utilizando expressões como 'fiu fiu' e 'gostosa'. Informam ainda que se sentem invadidas e que



não reagem por medo. A pesquisa ainda aponta que os principais praticantes de assédio são 39% pessoas da família e 34% amigos.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto YouGov mostra as formas de assédio sofridas em público pelas brasileiras: o assédio é o mais comum (77%), seguido por olhares insistentes (74%), comentários de cunho sexual (57%) e xingamentos (39%). Metade das mulheres entrevistadas no Brasil disse que já foi seguida nas ruas, 44% tiveram seus corpos tocados, 37% disseram que homens se exibiram para elas e 8% foram estupradas em espaços públicos.

“A ideia de que mais da metade das jovens sai de casa todos os dias temendo sofrer algum tipo de violência é alarmante. Indica o nível de normalização de atitudes que agredem e provocam danos em suas vidas. Sentir medo não é nor-

mal”, afirma Ana Paula Ferreira, coordenadora de Direito das Mulheres da ActionAid no Brasil.

“Muitas brasileiras alteram suas rotinas, desmotivam-se nas escolas e criam estratégias para transitar pelas ruas, a fim de evitar se expor nos espaços públicos. Elas estão iniciando a vida adulta, e isso impacta seu desenvolvimento pessoal, econômico e social”, diz Ana Paula Ferreira.

A jornalista Karin Hueck defende que há um curto caminho entre chamar a mulher de “linda” e partir para o abuso físico. Ela diz que o assediador parte de um princípio: o corpo da mulher é visto como algo público, algo sobre o qual se pode opinar e, por que não, do qual pode se servir à vontade. Nesse sentido, ouvir um ‘fiu fiu’ ou um ‘gostosa’ não é algo legal, porque essas ‘cantadas’ costumam ficar a um passo da agressão.

A principal diferença entre o assédio e o elogio é que o assédio costuma discutir o corpo e a sexualidade da mulher, e esses assuntos são extremamente íntimos, ou seja, ninguém tem o direito de discuti-los em público. Já o elogio diz respeito a várias outras qualidades que a mulher pode ter, assim como a inteligência, a competência, o humor, a sensibilidade, a garra etc. O elogio é algo positivo, já o assédio pode fazer muito mal a quem o recebe.

Se para a mulher já é difícil esse assédio diário, imagina ser mulher e namorar uma mulher. Eu passo por isso diariamente. Desde que me assumi e comecei a namorar uma mulher, em qualquer lugar que frequentamos, sofremos olhares maliciosos de homens. Às vezes temos de lidar com comentários abusivos como: “você poderiam dar um beijo só para eu olhar?”. Outras vezes somos motivos de aposta entre amigos para ver quem vai conseguir beijar uma das duas. O pior de todos é: “que desperdício!”. Para quem? Só se for para o homem que nunca vai conseguir ficar conosco, porque para nós não somos nenhum desperdício, aliás, é totalmente o contrário. Também ouvimos comentários do tipo: “elas só namoram porque nunca conheceram um homem de verdade”, e o que eu digo sobre isso? NÃO, NÃO... MIL VEZES NÃO. Namoramos porque existe amor, namoramos porque encontramos uma na outra um lar, namoramos porque a nossa compreensão vai muito além do que eu já tive em um relacionamento heterossexual, namoramos porque temos a livre escolha de quem amar, independente de sexo, de cor ou de condição social.

Eu nunca vi um homem pedir para um casal heterossexual se beijar só para ele ficar olhando, e por que com as mulheres homossexuais/bissexuais tem que ser diferente?!

O preconceito que os gays, os transexuais e as mulheres que se identificam com o gênero masculino sofrem acaba sendo mais opressivo do que as lésbicas e bissexuais que são mais femininas. Isso porque, para a maioria dos homens, há um desejo sexual ao ver duas mulheres se beijando, tornando-se um assédio e não um preconceito. Enquanto os outros homossexuais (gays, transexuais etc.) sofrem agressão, seja ela física ou moral.

"Se para a mulher já é difícil esse assédio diário, imagina ser mulher e namorar uma mulher"

De acordo com o GGB (Grupo Gay da Bahia), um homossexual é morto a cada 28 horas no país por conta da homofobia (assassinatos e suicídios) e cerca de 70% dos casos de assassinatos de pessoas LGBTQI+ ficam impunes. Segundo a Rede Trans, em todo o país, foram contabilizados, só em 2016, cerca de 143 homicídios, 52 tentativas de homicídio, 12 casos de suicídio e 54 violações a direitos humanos, violências estas que sempre são ocultadas pela mídia e negligenciadas pelo governo. Segundo estudo feito pela Universidade de São Paulo em 2014, sete a cada dez homossexuais brasileiros já sofreram algum tipo de agressão apenas por serem quem eles são.

Esses dados demonstram que a homofobia no Brasil ainda é um problema presente e constante, havendo estatísticas apontando o Brasil como o país com a maior quantidade de registros de crimes homofóbicos do mundo, seguido pelo México e pelos Estados Unidos.

Somos a nação que mais mata pessoas transexuais no mundo.

Para a Organização Mundial da Saúde, “a violência apresenta-se estruturada sobre quatro categorias de violência, sendo elas a física, que corresponde a toda manifestação com o objetivo de ferir; a violência psicológica, caracterizada pela humilhação, desrespeito, rejeição, entre outros; violência sexual, quando o agressor abusa de seu poder sobre a vítima; e negligência, que é a omissão do responsável em proporcionar necessidades básicas de seu dependente” (CABRAL et al, 2013, p. 122).

Existem pessoas no mundo inteiro que não assumem quem realmente são por medo do que a sociedade irá falar, pensar ou fazer. Isso também é violência, porque a sociedade cria um padrão, como a “família tradicional brasileira”, e não seguir esse padrão é visto como anormal. Assumir a nossa orientação sexual hoje em dia é uma batalha que vamos vencer. A sociedade é preconceituosa e tem muita gente deixando de ser o que é pelo padrão que ela impõe. A necessidade do fortalecimento, do empoderamento e da conscientização para uma sociedade mais tolerante e com respeito às diferenças é uma necessidade urgente.



*Beatriz Uliano é estudante de Direito na Universidade do Sul Catarinense - Unisul; estagiária da Comarca de Braço do Norte; feminista e parte da Comunidade LGBTQI+.

Home office, tripla jornada e a realidade de uma assistente social, mãe de três filhos

Por Andréia Espíndola*



Em 18 de março de 2020 precisei deixar o Setor de Serviço Social junto ao Fórum de Palhoça, meu local de trabalho nos últimos 12 anos, antes do encerramento do expediente e apagar meus três filhos na escola, também antes do horário de encerramento das aulas porque as notícias que chegavam é que não seria seguro permanecermos naqueles ambientes em decorrência do chamado Coronavírus (COVID-19). Uma doença que ganhou proporções mundiais, ocasionando mortes, perdas, afastamentos e mudanças na rotina de pessoas de diferentes partes do nosso planeta Terra.

Diferente de minhas colegas de setor, nunca me ima-

ginei, nem senti interesse em trabalhar de "home office". Os territórios do trabalho e o da vida privada, do viver em família, sempre foram bem diferenciados. Cada um ocupava um espaço, um tempo do meu dia.

Mãe de um adolescente de 13 anos e de duas meninas, uma de nove e outra de cinco anos, muitos dias precisei fechar a porta de casa e seguir para o trabalho deixando a cozinha da casa com louça na pia e o chão sujo porque não existia mais tempo para terminar os trabalhos. Mas, ao chegar ao Fórum, era um alívio encontrar um ambiente limpo e higienizado pelas funcionárias terceirizadas durante o período da manhã,

tomar um breve café com as colegas do Setor trocando sempre as mais diferentes informações a respeito de trabalho e, por fim, ligar o computador para iniciar o expediente admirando da janela o velho Morro Cambirela das terras palhocenses, sempre majestoso, renovado, apresentando diferentes tonalidades conforme o tempo e a estação.[1]

No *home office* assumimos também a tarefa de limpar o escritório, nosso local de trabalho. Dessa forma, compreendi porque alguns dias não consegui iniciar o expediente no mesmo horário que começaria no Fórum. De outra banda também precisei trabalhar aos finais de semana e feriados, enquanto meus filhos dor-

miam. Despesas com café, papel higiênico, água e energia elétrica também ficaram maiores.

Trabalhar como Assistente Social de casa, em companhia de três filhos, constituiu um desafio muito grande para mim. Precisei realizar muitos ajustes e assumir novas funções, funções estas que outrora ficavam em grande parte com professores, com os catequistas da Igreja Católica e com as professoras de ballet. Tive momentos de superação, mas também momentos em que veio a tristeza, o cansaço, a ansiedade, a dor no peito, a vontade de chorar e o choro propriamente dito frente ao volume de tarefas, cobranças, sobrecarga.

Notebooks, celulares, fones de ouvido, impressora, álcool em gel e máscaras foram chegando pouco a pouco em nossa casa. *Lives* da escola, do trabalho ou sindicato trouxeram conforto emocional tanto para meus filhos como para nossa pessoa.

O Assistente Social do Judiciário Catarinense, através das chamadas "visitas domiciliares", com a devida permissão de seus moradores, adentra em diferentes tipos de moradias, conhece seus interiores, bem como diferentes realidades sociais, valores, tradições, dificuldades e dinâmicas familiares. As entrevistas também nos possibilitam um contato direto com as partes, o olhar, o observar das expressões faciais, corporais, dores, tristezas, alegrias, o compartilhar histórias de vida.

Com o advento da pandemia e um cenário de limitações para realizarmos visitas domiciliares e entrevistas presenciais, precisamos nos socorrer de recursos existentes em aplicativo de celular para nos comunicar com as partes de processos, através do envio

e recebimento de áudios, fotos, vídeos e mensagens escritas.

Registramos que nem todos os processos dispõem de um número de telefone para contato, pois nem todas as partes têm um celular. Desta forma, ocorreram momentos em que precisamos ir a campo pelo menos para realizarmos um primeiro contato e obtermos um telefone para iniciar um processo de comunicação. Evitamos ao máximo realizar deslocamentos, mas quando precisou fomos recebidas por pessoas sem uso de máscara e sem noção de que precisaríamos ficar fisicamente mais distantes.

Ao longo deste período de quase seis meses, sentimos na pele que o trabalho invadiu nossa casa e nosso espaço doméstico. Sem alternativa, precisamos conciliar tudo ao mesmo tempo: supervisão de crianças em aulas online, trabalho doméstico e forense.

Numa ocasião, precisamos realizar uma videochamada com dois irmãos adolescentes abrigados a respeito do desejo deles em serem adotados ou não e da experiência que vivenciaram com uma adotante. Muito tímidos e de pouca fala, acabamos apresentando nossas duas filhas aos mesmos, bem como pinturas que realizaram nesses dias de quarentena, situação que ajudou a "quebrar um pouco o gelo" e estimular os meninos a falar. Mais recentemente, numa audiência realizada através de vídeoconferência com magistrado, promotor, advogadas, assistentes sociais, psicólogas e pedagoga, precisamos da ajuda de nossa filha de nove anos para ajustar a câmera e entrar na sala virtual, sendo que o promotor, quando avistou minha filha ao meu lado, demonstrou-se assustado: "*Tem uma criança ali!*"

Durante este período de pandemia, observamos que o Poder Judiciário valorizou muito a produtividade e os números. Contudo, ficamos preocupadas com esta super valorização desses itens, porque em processos da área de família, de Infância e Juventude, é preciso ter tempo para olhar as peculiaridades, as vulnerabilidades do outro. É preciso cuidado e a realização de conexões, sendo que a pressa pode significar danos para uma ou mais vidas, além de insatisfação e dores para as partes.

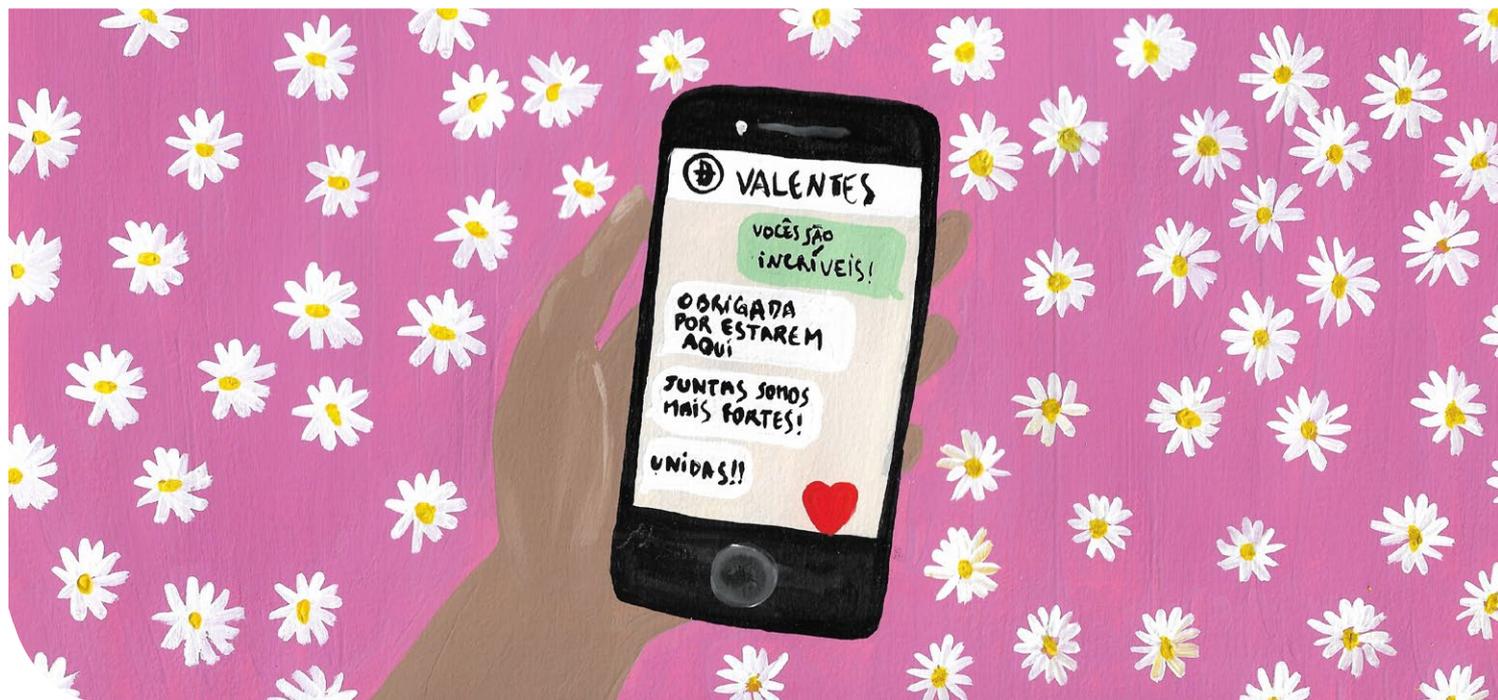
Nossos filhos permanecem em aulas online. Desta forma, precisaremos seguir de *home office*. Compreendemos que estamos vivendo tempos únicos, atípicos, desafiadores, de convivência muito próxima e praticamente ininterrupta em família, tempos que ficarão em nossa história e nos deixarão mais fortalecidos, diferentes.



*Andréia Espíndola é Assistente Social junto ao Poder Judiciário de Santa Catarina desde 2001. Trabalhou nas Comarcas de Itaiópolis, Gaspar e atualmente em Palhoça. Ingressou como servidora do Poder Judiciário em 1996 como Técnica Judiciária Auxiliar.

Por onde andaram as Valentes em 2020?

Por Coletivo Valente



A pandemia da Covid-19 e os acontecimentos dela decorrentes serão um capítulo fundamental na história recente da humanidade. Os dias que temos vivido neste 2020 servirão como matéria-prima para uma série de análises e reflexões. Nós, do Coletivo Valente, também contaremos esta história.

As atividades das Valentes em 2020 se iniciaram em janeiro e com uma tarefa principal: consolidar a identidade do Coletivo e fortalecer sua autonomia em relação ao SINJUSC. Ainda naquela primeira reunião definimos uma nova coordenação, encaminhamos a criação de uma logomarca e também a abertura de uma conta no Instagram.

Nos dias que se seguiram, planejamos a participação das Valentes nas atividades do Dia

Internacional da Mulher (8 de março) que aconteceriam por todo o Estado. Naquele momento a edição de um novo número da Revista Valente já estava sendo preparada e o Coletivo tinha como meio de comunicação um grupo de WhatsApp com aproximadamente 30 participantes.

As atividades do 8 de março superaram nossas expectativas. Recebemos fotos, relatos e vídeos de várias partes do Estado e em cada um dos registros apareciamos firmes marchando ao lado de outras companheiras. Os primeiros casos de Covid-19 já estavam sendo registrados no Brasil, mas não imaginávamos que em menos de 10 dias estaríamos iniciando um longo período de isolamento social.

A vida mudou. Trabalho na modalidade home office, filhos

estudando em casa, distanciamento dos familiares e das redes de apoio. Computador, celular, vídeo chamadas, reuniões virtuais e muitas lives - o mundo para além das nossas casas parecia ter se resumido a uma série de telas.

A edição da Revista Valente foi suspensa. Naquele momento não encontrávamos sentido em falar de outra coisa que não fosse a pandemia e as experiências que estávamos vivenciando. Mas falar o quê? Não tínhamos informações concretas sobre a evolução da doença e por quanto tempo ainda duraria o isolamento. Além disso, todas as nossas energias estavam focadas em dar conta de uma jornada que se transformou em tripla ou quádrupla: atividades laborais, atividades domésticas, cuidado e educação das crianças, cuidado de idosos e de outros parentes adoecidos.

A estratégia com o Coletivo foi seguir um dia por vez e atentas às ferramentas que eram utilizadas por outros grupos. Fizemos a primeira live no mês de abril com um ótimo público e várias participantes do Coletivo. Ao todo, foram quatro lives e mais uma reunião fechada. Estabelecemos parcerias, tivemos convidadas e também fomos chamadas a participar das lives de outras colegas.

O Instagram já estava criado e as publicações começaram a ser feitas de maneira espontânea. Depois conseguimos organizar um calendário de postagens para todas as terças e sextas-feiras. Já falamos sobre feminismo, machismo, combate ao racismo, orgulho lgbtqi+, descriminalização do aborto, assédio moral, assédio/violência sexual, feminicídio, pobreza e desigualdade social entre homens e mulheres, maternidade, sobrecarga materna, saúde mental e setembro amarelo, envelhecimento e padrões estéticos, política nacional de educação especial, movimento de mulheres na América Latina e mais uma série de temas. Para completar, muitas dicas culturais, de leitura e de lazer para os finais de semana da quarentena.

Os textos para o Instagram são todos escritos pelas participantes do Coletivo que se revezam na tarefa. Da mesma forma acontece com a coluna mensal que as Valentes mantêm no Portal Catarinas desde o mês de agosto. Também no Portal Catarinas foi publicada nossa Carta Aberta endereçada à Direção do TJSC. Nela, contamos o chamado da instituição à criatividade como meio para mascararmos o acúmulo de funções e nosso esgotamento físico e mental durante a pandemia.

Produzimos ainda três campanhas especiais. A primei-

ra, um cartão virtual para o Dia das Mães incentivando o isolamento social. A segunda, um vídeo em apoio às mobilizações antirracistas frente a violência policial. A terceira, uma foto com máscaras bordadas para o mês de combate à violência contra a mulher – Agosto Lilás. Também produzimos esta revista.

Já no final do ano formamos nosso primeiro grupo de estudos sobre temáticas feministas. Nosso desejo é que os grupos de estudo sejam ferramentas permanentes de reflexão e abertos a diferentes temáticas. Já temos, inclusive, logomarca específica para o grupo de estudos e adivinhem: a logomarca também é obra de uma Valente.

É verdade que esses meses não foram fáceis. Marcados por incertezas, acúmulo de funções e esgotamento físico e mental. Diante de tal contexto é até estranho pensar em como nos foi possível manter esta atuação. Talvez a resposta esteja na única atividade que não foi listada acima: a manutenção do grupo de WhatsApp como espaço de comunicação no nosso cotidiano.

O mesmo WhatsApp que tem sido ferramenta para espalhar fake news e disseminar ódio foi nosso recanto de apoio e cuidado, além de espaço para compartilhar e trocar informações. Não podendo estar juntas pessoalmente, construir nosso Encontro de Mulheres e planejar reuniões presenciais, foi no nosso grupinho que conseguimos existir umas na vida das outras para emprendermos juntas a travessia desses meses de isolamento.

O grupo tem sido refúgio. Há dias em que nos traz notícias de um desaba-

fo, enquanto noutros nos entrega uma boa piada para alegrar a tarde. Ele também comunica informações que nos ajudam a pensar neste momento que estamos vivendo. O mais importante é que para cada interação sempre houve uma resposta, um consolo, uma risada com gif maroto, uma reflexão. Foram muitas as palavras de entusiasmo, de carinho e de admiração. Esta tem sido a nossa maior e verdadeira potência. Hoje já somos mais de 70.

O lançamento da Revista Valente é nossa última atividade formal de 2020. Ela está no formato digital para evitar a circulação de materiais em decorrência da Covid-19. Para além das histórias e relatos que conta, também sua apresentação registra a história desta pandemia.

Nós, Valentes, trabalhadoras do Judiciário-SC, teremos alguns dias para descansar. Vamos desligar o computador e deixar o telefone de lado. Já sabemos que 2021 será um ano de desafios e dificuldades e que precisaremos estar preparadas para ele. Depois deste 2020 não nos basta testemunhar a História, queremos tecê-la fio a fio. Lutarmos juntas por cada uma e por todas nós.



Retratos do Parkinson

Onde o amor anda de mãos dadas

Por **Micheline Souza Zolet**

"Meu desenho não era de um chapéu. Era de uma jiboia que havia devorado um elefante. Decidi, então, desenhar o interior da barriga da serpente para que os adultos pudessem entender melhor. Eles sempre precisam de explicações detalhadas..."

O Pequeno Príncipe. Antonie de Saint-Exupéry; tradução Frei Beto; São Paulo. Geração Editorial, 2015.

Meus retratos não são só retratos, são técnicas desenvolvidas para captar pessoas humanas com uma doença que produz tremores físicos e lhes retira as expressões faciais, motoras e as afasta do convívio social. Mostrar em um click o instante que se eterniza em uma sensação única de fazer parte de toda a humanidade e que podemos participar, se mantermos nosso olhar de respeito e carinho a todos os nossos semelhantes. Oxalá, delinearmos o mundo com um olhar de criança. Ubuntu!!! Saravá!!!



Dona Zilma, mãe da fotógrafa

Projeto fotográfico com local e início definidos no tempo, onde a Fotógrafa, mulher negra, nascida e criada na comunidade do Morro do 25, bairro Agrônômica em Florianópolis, gosta de se definir como amadora, a que ama e ama o que faz em tudo o que se propõe na vida e assim, se ama, retratou as nuances do branco e preto, em pele e em vida dos portadores de Parkinson do projeto da Iniciativa Brasileira de Reabilitação na Doença de Parkinson (BPARKI), com o apoio e incentivo da Coordenadora Prof^a Dr^a Alessandra Swarowsky Martin/UEDESC, em uma visão de vida que mescla diversos saberes educacionais, fisioterapêuticos, psicológicos, médicos e outras áreas do saber, para enxergar o ser humano na sua totalidade e potencialidades e que, somente um olhar sensível e vital pode buscar através de lentes a realidade do objeto perseguido.

Cuidando de sua mãe, Dona Zilma, 85 anos e portadora de Parkinson, tornou-se voluntária nos projetos, buscando conhe-

cimento sobre a doença e cuidados com idosos e portadores de Parkinson. Agregou seu olhar fotográfico ao grupo de colegas de sua mãe e assim surgiu "Retratos do Parkinson - Onde o Amor Anda de Mãos Dadas", com uma primeira amostra no formato de varal fotográfico, no dia 14 de abril de 2019, uma homenagem ao dia 11 de abril, Dia Mundial de Conscientização da Doença de Parkinson, no Parque Ecológico do Córrego Grande, em Florianópolis.

Disponível em:

michelinezolet@gmail.com

Instagram:

[@mizolet](https://www.instagram.com/mizolet)

[@retratosdoparkinson](https://www.instagram.com/retratosdoparkinson)

[#retratosdoparkinson](https://www.instagram.com/retratosdoparkinson)



Sua segunda exposição ocorreu no formato de painéis fotográficos em uma interação artística com móveis fotográficos em harmonia com origamis de flores de tulipa (flor símbolo da doença de Parkinson), dos dias 6 a 8 de junho de 2019, no 5º Encontro Catarinense sobre a Doença de Parkinson, unidade SESC Caçupé, em Florianópolis. A terceira exposição ocorreu na cidade de São Paulo, no 1º Curso Internacional para Enfermeiros em Doença de Parkinson e outras Doenças do Movimento, dos dias 24 a 26 de julho de 2019, no Conselho Regional de Enfermagem-Coren/SP. A quarta exposição foi no hall de eventos da Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, dos dias 27 de novembro a 12 de dezembro de 2019.

Com um ponto fixo de partida realizada com amor e carinho para atender pacientes, familiares e cuidadores, a exposição agora é do mundo, contribuindo para a conscientização nos cuidados dos portadores de Parkinson, idosos e de qualquer paciente ou qualquer ser humano que, por simplesmente ser, humano, merece todo o amor que dispomos, somando as energias para o bem coletivo.

A inércia é apenas fantasia que nos ilude e o movimento é regra geral. Desse modo, onde Retratos do Parkinson andar, estará impregnada da energia de amor da Fotógrafa e das pessoas retratadas que agora representam, todas as pessoas portadoras de Parkinson e os cuidados merecidos com qualquer paciente e com a devida responsabilidade de todos em emanar boas vibrações para um mundo melhor.

Retratos do Parkinson, Onde o Amor Anda de Mãos Dadas, Micheline Zolet, mostrando ao mundo um pouco de sua experiência, com sua visão de

vida inclusiva e nos dando significado de como conservar um momento humano, demasiadamente humano, em uma imagem.

Texto Luiz Zolet

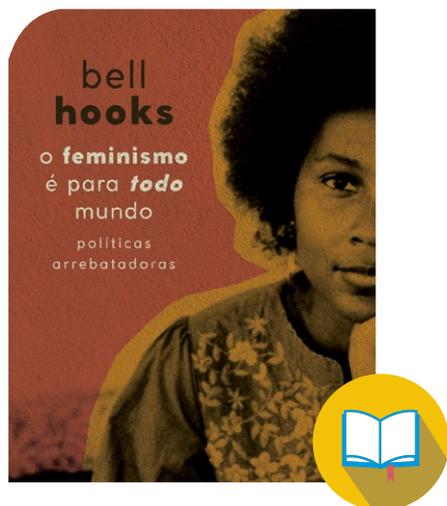




Sugestões Valente

Por Josiane Censi

Bacharel e especialista em Direito do Consumidor, técnica judiciária auxiliar lotada na Capital, integrante do Coletivo Valente, do Movimento 8M em Blumenau e do grupo Vozes Livres da Universidade Regional de Blumenau (FURB).



O feminismo é para todo mundo Bell Hooks

Se todas as dicas que já te deram na vida te servissem e as tivesses aplicado, hoje serias uma pessoa imensamente feliz e realizada?! Mentira!

Não somos pessoas que seguem só bons conselhos e que conseguimos acompanhar quatrocentas dicas dadas e ler os livros divulgados como imprescindíveis, tampouco praticar os conceitos ensinados neles em nossas vidas. Erramos, gastamos tempo lendo livro ruim, assistindo filmes medonhos e séries banais porque isso também é viver e aprender.

Talvez com o feminismo seja a mesma coisa. Estudiosas conceituam, debates são propostos, há infinitas indicações de ótimas leituras, formações, mas, e se tua vizinha berra por ajuda e não intervéns? E se não esten-

des a mão a tua ajudante para trabalhos domésticos, quando ela passa por um momento ruim no relacionamento afetivo, para que e a quem serve esse feminismo?

Se praticas a defesa das manas, és feminista! Se a prática do teu feminismo é ajudar as mulheres, se conectas raça e classe enxergando os próprios privilégios, te solidarizando, estreitando laços, se consegues acolher uma mulher e tranquilizá-la, pronto! És uma ótima feminista e tuas dicas são as melhores que pode haver.

Um dos conceitos que acredito ser um dos mais bonitos já criados por uma feminista é o de sororidade. Sororidade é apoiar outra mulher, ouvi-la, não julgá-la, respeitar as escolhas, é a solidariedade entre mulheres no seu mais amplo aspecto.

E para tudo isso se desenvolver dentro de nós, é necessário abrir mão do sexismo internalizado, segundo Bell Hooks. Temos que reconhecer o quanto a sociedade nos ensina a ficarmos competindo umas com as outras, a não cultivar a fraternidade e simplesmente nos esquivarmos quando chamadas a nos manifestarmos a favor dos direitos da mulher.

Para reflexão acerca desses temas e mais, um capítulo falando sobre espiritualidade e feminismo (que amei), o livro "O feminismo é para todo mundo", da escritora feminista e negra norte-americana Bell Hooks, lança luz neste caminho cheio de pedras que escolhemos encarar.



Podcast: Talvez seja isso

Quando tiveres um trecho grande para dirigir ou uma viagem de ônibus que vai se estender um pouco, recomendo o podcast "talvez seja isso". Não é lançamento e as 2 mulheres que o criaram, estão há quase um ano sem publicar mais nada novo, porém, creio que não ficará ultrapassado tão cedo, porque o tema é todinho importante e atual.

Elas comentam sobre os assuntos trazidos nos capítulos do livro "Mulheres que correm com os lobos" de Clarissa Pinkola Estés. O livro é magnífico, contudo, não é necessário que já tenham lido. No decorrer dos episódios, elas vão interpretando e esmiuçando os acontecimentos da vida das mulheres e desenvolvendo sentimentos, experiências, tudo com base em alguns pontos chave do livro. Elas aprofundam e a gente, como ouvinte, vai aplicando aquelas palavras às nossas questões e assim, reanalizando nossas vivências. É tudo muito sensível e sobre a alma, então, preparem-se pra se emocionar ou, às vezes, ter o ímpeto de concretizar alguns rompimentos.

Valente >

